



“O Curioso Caso do Jornalismo Impresso”: considerações sobre tempo e jornalismo na era digital¹

Gabriela NÓRA²

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo

Tempo e jornalismo. Os modos de “ritmização do cotidiano” e a instalação de rotinas e práticas produtivas. A atuação do jornalismo na marcação dos fluxos temporais e a sua contribuição para a consolidação de uma verdadeira ditadura do “tempo real”. A revisão do conceito de notícia, tendo em vista a noção de pontuação rítmica dos fatos ao longo do dia e, agora, cada vez mais, ao longo do minuto. A importância de se repensar o modelo de jornalismo impresso para que os jornais tenham o seu próprio espaço e não sejam meros reprodutores de notícias já veiculadas.

Palavras-chave

jornalismo impresso; tempo; notícia; novas tecnologias; *newsmaking*

Apresentação

O que diria às pessoas que parassem para lhe falar? Teria de apresentar este... aquele septuagenário: “Este é o meu filho, nasceu esta manhã, cedo”. Depois o velho apertaria o cobertor em volta do corpo e seguiriam o seu caminho, passando pelas lojas movimentadas, pelo mercado de escravos – durante um sombrio momento, Mr. Button desejou veementemente que o filho fosse preto–, passando pelas casas luxuosas do bairro residencial, passando pelo lar dos velhos...

[...]

Depois voltou-se para a enfermeira e perguntou:

– O que é que eu faço?

– Vá à baixada e compre algumas roupas para o seu filho.

A voz do rebento de Mr. Button seguiu-o pelo corredor afora:

– E uma bengala, pai. Preciso de uma bengala.

Mr. Button bateu brutalmente com a porta de saída...³

Assim termina o primeiro capítulo do conto *The Curious Case of Benjamin Button*, do escritor norte-americano F. Scott Fitzgerald (1896-1940). Publicada no início dos anos 1920 – época de profundas transformações científicas e sociais, e também de excepcional prosperidade econômica, num período de consolidação dos Estados Unidos como potência mundial –, a obra se passa em 1860 e narra a história de um homem que

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 13 a 15 de maio de 2010.

² Doutoranda PPGCOM ECO/UFRJ e membro do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC – ECO/UFRJ). Orientanda do Prof. Dr. Muniz Sodré. E-mail: gabriela.nora@yahoo.com.br

³ FITZGERALD, F. Scott. *The Curious Case of Benjamin Button*. Tradução: Fernanda Pinto Rodrigues. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2009. p.12



nasce com a aparência e as doenças de uma pessoa idosa. À medida que os anos passam, Benjamin Button vai rejuvenescendo até simplesmente não existir mais.

Inspirado na famosa frase de Mark Twain: “A vida seria infinitamente mais feliz se pudéssemos nascer aos 80 anos e gradualmente chegar aos 18”, o conto popularizou-se mundialmente com o sucesso da sua adaptação para o cinema, em 2008, sob a direção de David Fincher, com roteiro de Eric Roth e Robin Swicord. Apesar de manterem posições distantes – Fitzgerald centra a sua narrativa na forma como a sociedade de Baltimore convive com o “caso Benjamin Button”, enquanto Fincher e seus roteiristas percorrem o rejuvenescimento de Button a partir da sua relação com Daisy (bailarina pela qual se apaixona quando ambos ainda eram crianças; ele com a aparência de velho), com a qual fazem contraponto –, conto e filme levam à reflexão sobre o angustiante fluir do tempo: seja o novo, que nasce novo e torna-se velho; ou o novo, que nasce velho e torna-se novo, todos estão sujeitos ao passar do tempo e à finitude própria do ciclo da vida, sobre a qual a ciência, por mais evoluída que seja, não tem o menor controle.

Vale ainda citar os dois últimos parágrafos do conto de Fitzgerald, nos quais Benjamin Button tem de enfrentar aquilo que todo ser humano sabe ser inevitável. E com ele não seria diferente, ainda que toda a sua vida tenha transcorrido do ponto de vista de um relógio que gira ao contrário:

Não se lembrava. Não se lembrava com clareza se o leite estava morno ou frio da última vez que comera nem de como os dias passavam: havia apenas o seu berço e a presença familiar de Nana. E depois esqueceu-se de tudo. Quando tinha fome, gritava – mais nada. Durante as tardes e as noites respirava e havia sobre ele suaves resmungos e murmúrios que mal ouvia, odores levemente diferenciados, luz e escuridão.

Depois escureceu tudo e o seu berço branco, e os rostos obscuros que pairavam sobre ele, e o aroma morno e doce do leite desvaneceram-se por completo da sua mente.⁴

Para além desse universo fictício criado por Fitzgerald no longínquo ano de 1921, ou mesmo do ainda recente filme indicado ao Oscar 2009 em 13 categorias, incluindo melhor filme, mas das quais venceu apenas três (melhores efeitos visuais, melhor direção de arte e melhor maquiagem), há, nos dias atuais, não um ser humano, mas uma série deles que diariamente se envolve no projeto de fazer nascer o velho.

Um velho que, ao contrário de Button, não rejuvenesce. Tampouco cumpre o seu ciclo vital ou teme “o inevitável”. Desprovido de vida, tem, contudo, alguns possíveis

⁴ FITZGERALD, F. Scott. *The Curious Case of Benjamin Button*. Tradução: Fernanda Pinto Rodrigues. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2009. p.52



destinos traçados desde o seu nascimento: embrulhar peixe, banana, forrar gaiola, servir de banheiro para animais domésticos, de cobertor para pessoas de rua, de proteção quando se realiza algum tipo de pintura... para não falar de quando, em casos extremos, chega a substituir o papel-higiênico.

Trata-se, aqui, do jornal impresso e, de modo ainda mais específico, da grande mídia impressa tradicional, dos “jornalões”⁵ – “intelectuais coletivos das classes dirigentes”⁶. Aqueles que, há alguns anos atrás, tinham um desses destinos possíveis, mas também uma finalidade maior, inicial, de extrema relevância, que se acreditava, até então, insubstituível. Ou mesmo uma outra, posterior, de caráter histórico, quando o ‘jornal antigo’ (e não ‘velho’), que integrava os acervos das bibliotecas, era consultado como verdadeira relíquia. Hoje, não como antes. Com a cada vez maior digitalização dos acervos, quem precisa ir até uma biblioteca manipular aquele papel sujo e desgastado pelo tempo? E, se embrulhar peixe e coisas afins era tarefa para o jornal do dia anterior, na época da informação instantânea, o velho de ontem é, cada vez mais, o velho de hoje: o jornal que acabou de nascer, velho. Mas não como o velho Button, posto que, até agora, não indica sinais de rejuvenescimento.

Tempo e jornalismo

A experiência do tempo no relato dos jornais adota sobretudo um regime de “presentismo”, no qual estaria implícita certa equivalência entre tempo presente e atualidade. É o que constata Elton Antunes (Universidade Federal da Bahia), em sua tese de doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas, na qual discute o estatuto da noção de temporalidade para a construção do discursivo informativo nos jornais diários impressos.

Segundo ele, justamente por não explicitar em diversos momentos a relação temporal de alternância do “agora” e do “não-agora”, de um “antes” e de um “depois”, abrindo mão muitas vezes até mesmo da própria concepção linear do tempo, a escrita jornalística acaba provocando não uma “perda do contexto” – como habitualmente se critica –, mas a construção de “um novo contexto algo simplificador”. O que leva,

⁵ Atualmente, no Brasil, consideram-se três os principais jornais impressos do país: Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo. Para mais análises sobre “os jornalões” ver LIMA, Venício A. de. *Mídia impressa: qual a relevância dos jornalões?* Consultado em: 28 de julho de 2009. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=548IMQ001> e *Sobre os jornalões: onde circulam, quem os lê?* Consultado em: 04 de agosto de 2009. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=549IMQ001>

⁶ SODRÉ, Muniz. *É necessária uma nova abolição?* Consultado em: 27 de outubro de 2009. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=561CID001>



então, ao apagamento dos efeitos de atualidade, uma vez que estes perdem qualquer referência às temporalidades, já que submetidos exclusivamente a um relato comprimido no tempo presente. (ANTUNES, 2007: 285)

Ainda assim, observa o autor, a atualidade produzida no e pelos jornais (e pelo discurso jornalístico da mídia como um todo) é um dos berços da crença coletiva na existência de uma temporalidade social sincrônica, de modo que se pode afirmar ser o jornal diário “uma dessas instituições sociais que atua como quadro de referência para constituir aquilo que se entende por tempo”. Contudo, pondera Antunes, “talvez não seja mais tão adequada a idéia de tempo jornalístico corriqueira e banal atribuída ao jornal impresso” na época em que “o valor temporal de uma notícia valia na razão direta entre o tempo de ocorrência do acontecimento e sua apropriação pelo leitor”. Ora, conclui ele, “os dois termos da equação tornaram-se altamente instáveis”. (ANTUNES, 2007: 287)

Aliás, antes mesmo da consolidação dos novos dispositivos digitais, o surgimento do audiovisual, com as possibilidades de transmissões “ao vivo”, já sinalizava para “uma progressiva perda da sincronia da temporalidade da notícia no jornal com o tempo social organizado pela unidade de tempo ‘dia de 24 horas’” (ANTUNES, 2007: 288). Ou seja, ainda que busque simular a coincidência entre o momento do acontecimento e da sua apreensão, este é um veículo que não reúne condições de fazerem coincidir os tempos do acontecimento, da produção da informação e de sua apropriação pelo leitor.

O jornal impresso precisa, pois, de um trabalho de compensação para subsistir num mundo dotado de meios que vão cada vez mais depressa. É o que afirma Antunes, acrescentando que, se anteriormente os veículos eletrônicos (sobretudo o rádio e a TV) foram avaliados por uma cultura letrada, hoje são os jornais, assim como os livros e demais meios impressos, que são submetidos tanto à avaliação de uma cultura audiovisual quanto à “montanha-russa” das inovações tecnológicas da era digital. Daí não só a necessidade de um certo “elogio da lentidão”, como também de se criarem formas mais elásticas para o meio, com alterações que vão desde uma primeira página mais colorida e “chamativa”, como na televisão, até a uma “pulverização dos elementos discursivos para facilitar a ‘navegação’ e o ‘zapping’ do leitor pelas páginas do jornal”. Tudo, com a pretensão de, no enalço de outros meios, simular um ambiente de proximidade. (ANTUNES, 2007: 143)

Entretanto, acredita-se que o que deve ser feito é justamente o oposto, sem esquecer de que a “temporalidade midiática” é múltipla, já que atinente a diferentes



dispositivos de comunicação (dos mais rudimentares aos mais modernos), os quais guardam estreita relação com as características específicas de cada tecnologia, com o momento histórico e com os processos sociais e culturais nos quais se encontram imbricados. O jornal não deve, portanto, como bem alerta Antunes, ser visto numa espécie de “apresentação solo”, ignorando a existência dos outros meios. Pois, embora possa ser observado como um solista em determinados momentos, não há dúvidas de que é na relação com os outros “instrumentos” que ele compõe a sua própria melodia.

Além disso, lembra o autor, é importante ter em mente que a mídia favorece a produção de uma confluência de tempos, não necessariamente contemporâneos entre si. Ou seja, ela

[...] conforma uma temporalidade – o presente – mas é atravessada por outros tempos (passado/futuro), em um processo concomitante de sedimentação e estilhaçamento dos tempos. A mídia curto-circuita os tempos: ao mesmo tempo em que ela é padronizadora do tempo atual – ritma e ordena cronologicamente o cotidiano –, ela põe também em circulação representações de relações temporais diversas, fazendo emergir outros tempos de outros estratos. São, no mesmo movimento, camadas superpostas e atravessadas. Para tornar os tempos contemporâneos à experiência, a mídia dá visibilidade a tempos não contemporâneos. Daí que a mídia não apenas transporte o tempo; ela engendra relações temporais. (ANTUNES, 2007: 289)

Por isso mesmo, é necessário atentar para a distinção do sociólogo francês Dominique Wolton entre “tempo técnico” e “tempo social”. Segundo ele, opera-se uma verdadeira “confusão entre o tempo dos sistemas de informação e o tempo humano e social, entre um sistema que funciona ininterruptamente, 24 horas por dia, e o ritmo da vida social, que, além do mais, nunca é homogêneo” (apud MORETZSOHN, 2002: 176).

Ou seja, assim como a mídia dá conta de diferentes temporalidades – o “tempo direto” na TV e no rádio, o “real” na *web* e o “elogio da lentidão” nos impressos – e engendra relações temporais diversas, a percepção do tempo pode mudar radicalmente de um indivíduo para outro ou mesmo entre os diferentes estágios da vida das pessoas, quando, por exemplo, entre a infância, a juventude e a maturidade, os interesses, os sentimentos e, igualmente, a percepção do tempo adquirem diferentes proporções.

Ritmos e rotinas

O ritmo (em grego, *rhythmos*, derivado de *rheim*, fluir, escorrer), uma forma particular assumida pelo fluxo temporal, está presente tanto nas formas antigas que caracterizavam a Antiguidade, com os “ciclos” cosmológicos e fenômenos naturais,



quanto nas modernas, do tempo metrificado dos relógios e transformado em mercadoria – embora nestas, sem a ligação com o mundo em sua totalidade. Quem explica é Muniz Sodré, afirmando que, de um modo ou de outro, “ordenando o movimento e instaurando uma temporalidade diversa da cronológica, essa forma móbil cria um espaço próprio, suscita um imaginário específico e pode mesmo configurar-se como uma tecnologia de agregação humana” (SODRÉ, 2009: 86).

Para tanto, o ritmo guarda estreita relação com o estilo cultural de cada sociedade, de modo que, “a simetria temporal, induzida pela racionalidade cronológica do mundo, instaura a univocidade capitalista do tempo, com ritmos regulados em função do modo de produção e de organização vigente” (SODRÉ, 2009: 87). Nesse sentido, no que tange à moderna estruturação do tempo social, o autor afirma que o discurso informativo contribui, com seu modo específico de temporalização, para a construção de uma imagem de unidade de funcionamento do cotidiano:

O acontecimento, que movimenta a vida pública na sociedade moderna, é, assim o aspecto temporal do fato social. [...] Por isto, a notícia de jornal – no limite, uma reinterpretação histórica do ritmo interno da narrativa antiga – inscreve desde sempre uma diretiva de construção do tempo social pela pontuação no ritmo dos acontecimentos, que é de fato o caminho para a fixação temporal da atualidade num presente. (SODRÉ, 2009: 87)

Sodré explica que é possível distinguir dois níveis rítmicos a partir das práticas de produção de notícias: 1) aquele que ritimiza o cotidiano e se dá através das *rotinas*, inscritas individual e coletivamente na vida social; 2) aquele que ritimiza essas rotinas e se dá através dos *acontecimentos*, pulsações que, não sendo totalmente imprevistas, podem se tornar um ponto rítmico por meio da marcação do sistema informativo. (SODRÉ, 2009: 90) Deste modo, conclui o autor, a notícia comunica “[...] algo a ser *notado* ou *sinalizado* como marca factual de um instante particular”. Logo, “nesta comunicação, o tempo é uma instância pressuposta, o verdadeiro vetor da enunciação, que organiza a semiose manifesta” (SODRÉ, 2009: 91). E a notícia, entendida como uma forma específica de estruturação do tempo por meio de sua particular relação com o movimento rítmico, é aquela que de algum modo cadencia o andamento do “bloco” da vida social.

Nesse sentido, vale recorrer a passagem em que Alberto Dines explica a relação dos jornalistas com o tempo, em artigo recente publicado no site “Observatório da Imprensa” (junho/2009) e também na nova edição de “O papel do jornal”, na qual, mais uma vez, o autor sai em defesa do diploma para o exercício da profissão de jornalista.



Ele lembra que *Zeitung*, em alemão, jornal, deriva da raiz *Zeit*, tempo. Assim como, em português, jornalismo, ou, em francês, *journalisme*, remetem a dia, *jour*, jornada, sendo portanto atividades indispensáveis à sociedade, por trabalharem com a passagem do tempo:

Jornalistas marcam o tempo, verdadeiros ritmistas, mas ao contrário dos relojoeiros lidam com um tempo que não jorra contínuo. O tempo jornalístico é periódico, marcado pelas sucessivas edições, condicionado à complexa tarefa de sintetizar o acontecido no período (daí *periodismo*, em espanhol). (DINES, 2009:178)

E é justamente sobre as diferentes teorias que dão conta dos modos de se realizar tal tarefa que se concentram os estudos do sociólogo italiano Mauro Wolf. A partir de suas análises, é possível concluir que eventuais exageros com relação aos “efeitos de agenda” podem ser minimizados pelos estudos a respeito dos caracteres construtivos e produtivos da informação: os estudos de *newsmaking*.

Importante ferramenta metodológica, no sentido de melhor entender a mediação simbólica dos meios de comunicação de massa, esses estudos visam à ampliação das análises às limitações e condições produtivo-profissionais imbricadas na construção dos textos. Trata-se de incorporar, às pesquisas de comunicação, o estudo sobre as condições sociais, profissionais e técnicas de transformação dos fatos em notícias, indo além da busca por uma correspondência entre o tratamento de certos temas e o quanto o público é consciente, informado e interessado a respeito dos mesmos.

Assim, à hipótese da *agenda-setting* (modo como as pessoas organizam e estruturam a realidade), acrescentaram-se os estudos de *newsmaking* (modo como a mídia organiza e estrutura a realidade), de modo que se tornou relevante investigar “o problema de como nasce um tema dentro dos mecanismos complexos da informação de massa, de quais são as forças, os processos e as condições que limitam ou enfatizam sua visibilidade social” (WOLF, 2005: 166).

Partindo deste ponto de vista, foi possível superar o caráter individualista da produção de notícias. Em outras palavras, agora, entende-se que as normas profissionais excedem a distorção subjetiva e passa-se do *gatekeeping* ao *newsmaking*, o que, segundo Wolf, caracteriza a prevalência da idéia de seleção como processo hierarquicamente ordenado e relacionado a uma rede complexa de *feedback*.

se os estudos sobre os *gatekeepers* correlacionavam o conteúdo dos jornais com o trabalho de seleção das notícias, desenvolvido justamente pelo ‘guardião da cancela’, os estudos recentes sobre a produção de notícias comparam a imagem



da realidade social, fornecida pela mídia, com a organização e a produção rotineira dos aparatos jornalísticos. (WOLF, 2005: 188)

Procede-se, assim, à transição dos estudos sobre a manipulação explícita da informação, para o problema da ‘distorção inconsciente’ ou ‘distorção involuntária’ – “ligada às práticas profissionais, às rotinas de produção normais, aos valores compartilhados e interiorizados sobre as modalidades de desempenhar o ofício de informar” (WOLF, 2005: 189). Além disso, a análise do andamento rotineiro da cobertura informativa, da condição normal e cotidiana dos aparatos, ganha destaque, em detrimento do caso excepcional e da cobertura de um acontecimento particular.

No entanto, como ressalta Wolf, a observação dos momentos e das fases de crise é fundamental às pesquisas, uma vez que é justamente nesses períodos que ocorre a redefinição das rotinas produtivas, quando se corrige a imagem do processo de produção como algo ‘automático’: “enquanto a produção de notícias é feita de modo rotineiro, as próprias rotinas são continuamente corrigidas e os seus elementos entram em novas relações” (WOLF, 2005: 193).

Segundo o autor, a noticiabilidade de cada evento, ou seja, a sua ‘aptidão’ para ser transformado em notícia, está ligada aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção, tendo em vista o número indefinido e imprevisível de acontecimentos e a quantidade finita e tendencialmente estável das notícias:

a noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas –, para adquirir a existência pública de notícia. (WOLF, 2005: 195)

Neste ínterim, os valores/notícia – como critérios de atualidade, proximidade, impacto, relevância, frequência e amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, preferência pelo negativo e etc. –, enquanto componentes da noticiabilidade, servem à ‘rotinização’ das práticas produtivas, a fim de tornar a seleção dos fatos que serão transformados em notícia passível de ser cumprida e administrada. Fora isso, o trabalho dos jornalistas seria impraticável. Sendo os valores/notícia critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção, são utilizados tanto para selecionar o material disponível, quanto nos processos posteriores, funcionando como linhas-guia para a apresentação do material.

Portanto, não só os processos intencionais e conscientes de seleção, priorização e interesse, mas também o condicionamento de práticas não refletidas pelos profissionais dos meios influi nos critérios sobre o que vira, ou não, fato noticiável. O que significa



dizer, tal como entendido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que muitas vezes o “reflexo de pauta” – praticado automaticamente pelos jornalistas, tanto mais quanto mais experientes eles forem – é determinante para a inclusão ou exclusão de notícias, assim como para o seu enquadramento, realce e formato.

O que não significa, segundo Adelmo Genro Filho, que o jornalismo, por exemplo, “ao separar as notícias e tratá-las de forma descontínua, desintegra e atomiza o real, favorecendo a superficialidade da reflexão e a alienação”. Pois, explica ele,

a integridade do real não é um dado a priori na percepção, mas se revela através da abstração e do conhecimento. O jornalismo não desintegra e atomiza a realidade, pelo simples motivo de que essa realidade não se oferece imediatamente à percepção como algo íntegro e totalizado. É no processo de conhecimento que a realidade vai sendo integrada, já que ela se mostra primeiro como caos, como algo desconhecido e imprevisível. (GENRO FILHO apud MORETZSOHN, 2002: 96)

Tudo isso leva a crer que o problema maior não é, portanto, a fragmentação em si, mas o modo como os “fragmentos do real” são reunidos, ou simplesmente apresentados assim, soltos, sem que haja qualquer vínculo entre eles, isto é, um contexto mais amplo que una os diferentes fatos. Como também afirma Sylvia Moretzsohn, acrescentando ainda que, em muitos casos, “se pretende estabelecer entre esses fragmentos um nexo que reforça o nonsense e provoca aquilo que em análise de discurso se define como ‘efeito de apagamento’, ocultando a materialidade do fato noticiado”. (MORETZSOHN, 2002: 96)

Ainda assim, é sempre importante frisar que não se pode ignorar o trabalho de interpretação dos leitores e as muitas possibilidades de sentido que daí decorrem, levando-se em conta, obviamente, o grau de instrução e de inserção cultural, o acesso aos meios de comunicação e aos novos dispositivos tecnológicos, entre tantos outros fatores. Exatamente como faz Sodré, ao enfatizar que toda apreensão é condicionada pela formação e pela posição socialmente ocupada pelo indivíduo.

Segundo ele, portanto, o *frame* nada mais é do que o enquadramento que sensibiliza e fornece as regras de apreensão dos fatos. Logo, sendo a informação e o acontecimento instâncias interdependentes, pode-se afirmar que a mimese informativa confere visibilidade ao acontecimento por meio de um enquadramento técnico. Este, por sua vez, focaliza a visão e unifica a cena, constituindo sistemas de referências que, afinados a cultura de um grupo específico, organizam a experiência social, atribuindo-lhe sentido. Assim, conforme pioneiramente observado por Goffman, é por meio do quadro (*frame*) que um problema social se transforma em público.



Apropriando-se do conceito de enquadramento para identificar os princípios de organização que determinam a seleção e a definição dos fatos veiculados pela mídia, a socióloga norte-americana Gaye Tuchman analisa as notícias como construções sociais. Segundo ela, os jornalistas concedem uma “moldura” às histórias tendo em mente os constrangimentos e as crenças profissionais, assim como os julgamentos sobre a audiência. Logo, para a autora, os *frames* não só indicam os diversos “ângulos da notícia”, como também influem na organização social dos acontecimentos, transformando estes em *happenings* perceptíveis. (TUCHMAN, 1978: 192)

Assim, em “*Making news: a study in the construction of reality*”, uma das maiores referências nos estudos de *newsmaking*, Tuchman defende que há uma relação entre os enquadramentos elaborados pela mídia e a rotina produtiva do jornalista. Esta possibilita que ele seja capaz de identificar e classificar rapidamente a informação, empacotando-a – como a um produto, no formato da notícia – para uma eficiente leitura da audiência.

De fato, é sobre essa produção de real que se debruça o modelo construtivo do *newsmaking*, interessado em apresentar o jornalismo não como reflexo do real, mas sim como uma atividade que trabalha com a construção de uma realidade específica. Sendo assim, a informação jornalística é tratada como uma representação social do fato e, portanto, um fenômeno sócio-histórico, uma experiência singular do tempo.

Nesse contexto, Sodré alerta que a construção do acontecimento não se dá apenas no campo jornalístico. Para além da audiência (una, controlável), existe um público (heterogêneo) que se constitui, ainda que provisoriamente, como sujeito coletivo. Logo, o enquadramento técnico do fato pela mídia, resulta de um amplo consentimento dos atores extrajornalísticos. Não se trata, portanto, de desinformação deliberada, pois, embora o relato jornalístico seja uma construção subjetiva, de acordo com ele, há uma inclinação (consensual) para elevar o acontecimento ao estatuto pleno de fato. (SODRÉ, 2009: 40-41)

Segundo o autor, a notícia segue assim a fórmula germinal de toda e qualquer narrativa, a partir das seis perguntas do *lead*: “o quê?”, “quem?”, “onde?”, “como?”, “quando?”, “por quê?”. Mas a notícia não se estrutura somente aí, dependendo também e, principalmente, da atenção do público – dos seus aspectos cognitivos e receptivos –, e não do seu entendimento. A notícia estrutura-se, pois, em função da possibilidade de comunicação, e não de uma lógica. Citando o jornalista Adelmo Genro Filho e o seu trabalho em “O Segredo da Pirâmide”, Sodré garante que, mais do que por uma



epistemologia, o texto da notícia está impregnado por um discurso psicológico, visando facilitar o acesso e, fundamentalmente, atrair a atenção do público. (SODRÉ, 2009: 24)

Atenção. É esse o primeiro dos quatro estágios em que se divide o processo de comunicação, tal qual apresentado por Dines na seguinte sequência, reunindo teses de diferentes autores: 1) atenção; 2) percepção; 3) retenção; 4) reação. Sendo as duas últimas fases correspondentes aos efeitos, o autor afirma ser através delas que se mede a superioridade de um veículo sobre outro, já que “a retenção é o que mais importa, pois os veículos, na competição para fazer valer sua força, procuram fazer que suas mensagens sejam mais bem retidas. A reação da audiência será uma consequência da retenção obtida” (DINES, 2009: 80).

Isso nos anos 1970-80⁷. Hoje, sem dúvida alguma, o que mais importa é a atenção. E todo o processo parece parar por aí, no primeiro estágio. Não importam mais os resultados, nem a retenção, nem tampouco a reação. Como afirma Sodré, “a economia da atenção” prevalece, no âmbito de uma comunicação preocupada em manter o fluxo veloz de informações para um público cujo bem mais escasso e precioso é a atenção, requisitada a todo o momento, das mais diversas formas, sem que se exija dela a continuidade desse processo.

A ditadura do “tempo real”

A afirmação do jornalista e sociólogo Ignacio Ramonet, de que atualmente não seria mais possível analisar a imprensa fora da lógica do “tempo real”, serve de pano de fundo ao trabalho de Sylvia Moretzsohn, “Jornalismo em ‘tempo real’: o fetiche da velocidade”. Ao longo de sua obra, a autora desenvolve a hipótese da velocidade como fetiche, entendido esse em seu sentido marxista, a partir do qual o produto do trabalho, na forma de mercadoria, esconde a relação social que lhe deu origem. Adotando como foco de sua investigação o jornalismo impresso, Moretzsohn procura demonstrar que a velocidade assim “fetichizada” passa a vigorar como principal valor-notícia do jornalismo: “antes de tudo, importa chegar na frente do concorrente, e alimentar o sistema com dados novos, num *continuum* vertiginoso a pautar o trabalho nas grandes redações, [...]”. (MORETZSOHN, 2002: 12)

Desta forma, a autora critica o modo como as empresas, e mesmo os profissionais, abandonam o sentido político da atividade jornalística, reduzindo-a a aspectos

⁷ Período em que a obra do autor foi originariamente escrita. Conforme consta na bibliografia, “O papel do jornal”, de 2009, corresponde à sua 9ª edição.



meramente técnicos. Para Moretzsohn, essa é uma maneira de “justificar o irracionalismo de uma prática profissional que tem diariamente de pedir desculpas por jamais atingir os objetivos a que se propõe, exatamente com o argumento de que ‘não há tempo’ para fazer melhor” (MORETZSOHN, 2002: 14). A lógica da instantaneidade – da possibilidade de acesso à informação em “tempo real” por um público conectado 24h por dia –, conduz, segundo a autora, ao limite (ainda que ilusório) de suprimir a necessidade de mediação (e, portanto, do jornalista). O mesmo constata Ramonet, ao observar que, sendo o principal valor da informação a instantaneidade, fica afetado o próprio sentido da profissão, a ponto do jornalista tornar-se desnecessário:

Com o momento imediato do evento, nenhuma distância – precisamente aquela distância indispensável à análise – é possível. Por ora, o jornalista tem afinal cada vez mais a tendência de tornar-se um simples vínculo. Ele é o fio que permite conectar o evento com sua difusão. (RAMONET apud MORETZSOHN, 2002: 169)

O que hoje, sabe-se, é muito pouco, tendo em vista que as ferramentas da *web* possibilitam a qualquer usuário, jornalista ou não, ser esse vínculo, esse fio, essa fonte de difusão dos acontecimentos. Portanto, é preciso não só que se recupere o sentido político da mediação – “o que implica o reconhecimento dessa atividade [o jornalismo] como um campo de luta” (MORETZSOHN, 2002: 179) –, mas também que se questione se o modelo atual dos jornais cumpre de fato aquilo a que eles se propõem.

Refletindo sobre algumas observações de Sodré, conclui-se que não. De acordo com ele, a temporalidade condensada no presente tende a levar a informação a ser pontuada por sua própria operatividade técnica, isto é, por sua velocidade, instantaneidade, capacidade de armazenamento ilimitado e baixo custo de transmissão. Logo, afirma o autor, “a interação em si mesma é o valor”, numa época em que “a tecnologia de representação do mundo [está] *aparentemente* mais comprometida com os valores de seu próprio funcionamento técnico (velocidade e mercado) do que com os valores da *Polis* humanista”. (SODRÉ, 2009: 107)

Em outras palavras, como afirma Dênis de Moraes, a velocidade é hoje utilizada como ferramenta de poder, num cenário em que produtividade e competitividade dependem da capacidade de se aplicar, “com rapidez inaudita”, dados e conhecimentos obtidos. Ou seja, vive-se uma época em que, sem dúvida alguma, “a informação assumiu a dianteira como fonte alimentadora de engrenagens indispensáveis à hegemonia do capital”. (MORAES, 2009: 61)



É interessante observar, contudo, como, já nos anos 1970, Dines alertava para a necessidade de se ter uma percepção temporal dos veículos, chegando mesmo a afirmar que ela seria especialmente importante ao se trabalhar com “um veículo de periodicidade rápida como o jornal” (DINES, 2009: 67). Sabe-se, entretanto, que tradicionalmente o jornal impresso é organizado num período de 24h entre uma edição e outra; período esse que determina tanto a qualidade do noticiário, quanto a estrutura e a aparência do veículo, cujo limitador principal é, hoje, sem dúvida alguma, o espaço e não o tempo.

Mas nem sempre foi assim. No trecho abaixo, por exemplo, Moretzsohn descreve como o cinema contribuiu para reforçar a imagem de que a velocidade é – ou melhor, era – um atributo da imprensa:

A imagem recorrente foi sintetizada nos filmes policiais americanos dos anos 30: rotativas trabalhando freneticamente, despejando jornais que rodopiam até o *close* fechado sobre a manchete, a informação chegando veloz e simultânea aos quatro cantos do mundo, isto é, dos Estados Unidos – imagens superpostas de jornais de Nova Iorque, Chicago, Boston, Baltimore, noticiando um assalto espetacular, uma chacina estarrecedora, e finalmente o alívio pela prisão dos criminosos. Forma de arte própria da “era da reprodutibilidade técnica”, significativamente inaugurada com uma imagem emblemática dos tempos modernos – a locomotiva chegando à estação, ameaçando romper a tela e invadir a sala escura –, o cinema ajudou a fixar a ideia de que a imprensa trabalha sob o signo da velocidade. Ou melhor, de que a velocidade é uma característica da imprensa. (MORETZSOHN, 2002: 19)

Hoje se sabe que a cena é outra. O tempo das rotativas, por mais que elas trabalhem “freneticamente”, já não mais representa a velocidade. Os *bits* de informação trafegam ininterruptamente, a uma velocidade quase que instantânea. A locomotiva dos anos 1930 já não assusta mais; tornou-se peça de museu, em um período no qual parece não haver obstáculos ao tráfego de pessoas, informações e capitais.

Trata-se “de uma época em que padrões relacionais, parâmetros comunicacionais, permutas culturais, dinâmicas produtivas e a própria socialização da política cada vez mais orbitam em torno de tecnologias” (MORAES, 2009: 260). Um novo cenário que põe em xeque a imagem de que a imprensa simboliza a velocidade. Afinal, há muito que o “rodopiar” dos jornais até o *close* nas manchetes deixou de ser a melhor forma de se representar não apenas a velocidade, mas também a simultaneidade, a instantaneidade e a globalidade características das informações nos dias atuais.

Logo, embora a colocação de Dines soe equivocada no contexto atual – em que “rápido” ganhou *status* de instantâneo, e no qual um dos diferenciais dos impressos passa a ser justamente poder contar com um “tempo mais lento” para apurar, investigar,



analisar e apresentar o seu material informativo (ainda que nem sempre todas essas etapas sejam cumpridas) –, ela é fundamental na medida em que o seu desenvolvimento conduz à percepção de um problema extremamente contemporâneo, que merece atenção redobrada com a consolidação da comunicação digital:

A matéria de hoje [anos 1970-80] deve estar conectada – ainda que por uma ágil oração intercalada – com a matéria de ontem. O leitor não consegue guardar todos os detalhes da notícia, e, com a velocidade das informações, sua capacidade de fixação se dilui ainda mais. Por essa razão, o repórter deve adotar uma atitude referencial e paciente, embasando cada informação nova com a devida complementação, ainda que tal informação já tenha sido registrada em dias anteriores. O leitor não tem obrigação de arquivar as informações com o zelo do jornalista, e pode ser que ontem, quando pela primeira vez a notícia foi veiculada, ele não tenha lido o jornal.

[...]

Quanto mais intensa for a periodicidade, mais intensa deve ser a preocupação com a ligação temporal. (DINES, 2009: 67)

Há quem diga que isso não constitui problema nos dias de hoje. Basta um *link* remetendo a outro, e a outro, e a outro, e todas as conexões são feitas. Além disso, se os leitores não conseguem arquivar tantas informações, a internet e suas ferramentas apresentam uma infundável capacidade de armazenamento de dados. Diante disso, pode-se mesmo chegar a reconhecer, tal como Sodré, que a própria identidade do jornalismo clássico como mediação discursiva e prática profissional específica estaria ameaçada por um cenário (digital) em que cada vez se torna mais forte a seguinte questão, colocada por um reconhecido estudioso da cibercultura: “Seria ainda necessário, para se manter atualizado, recorrer a esses especialistas da redução ao menor denominador comum que são os jornalistas clássicos?” (LÉVY apud SODRÉ, 2009: 109)

A resposta pode vir por meio de outras perguntas: são os *links* capazes de substituir as conexões, o embasamento e a complementação do noticiário, feitos, tal como proposto por Dines, por um jornalista “zeloso”? Armazenar dados em um dispositivo técnico e recuperá-los de forma aleatória, soltos, a partir de uma palavra-chave, é o mesmo que dispor de conhecimento necessário, a rigor, de educação específica, à compreensão, ao entendimento e à utilização dessa infinidade de dados disponíveis?

Ou, como questiona Paulo Vaz, após advertir que o elogio da fragmentação e da velocidade torna-se problemático na medida em que as tecnologias da informação afetam diretamente a vida das pessoas: “como continuar elogiando a fragmentação e a aceleração das trocas se o perturbador, num futuro próximo, é sermos assediados por



inúmeras informações, sem saber qual delas é a relevante – e sem ter tempo para analisá-las?” (VAZ, 2003: 78)

Diante de tudo isso, vale lembrar que, se tais ideias de descontinuidade e simultaneidade já se faziam notar desde a segunda metade do século XIX, quando das primeiras manifestações do modernismo, foi, contudo, na passagem do fordismo para a fase atual de “acumulação flexível” do capital, iniciada nos anos 1970, que se passaram a privilegiar outras concepções de espaço e tempo: “a ‘desterritorialização’ globalizante de um universo fragmentado e um sentido de urgência no qual só existe o presente”. Como, inclusive, destacou Harvey, ao afirmar que “é da própria dinâmica do capitalismo, como sistema, a tendência à fragmentação e à efemeridade”. (MORETZSOHN, 2002: 23)

E não apenas isso. O contexto atual pode ser resumido da seguinte forma: “onde antes havia períodos, hoje há fluxos” (MORETZSOHN, 2002: 24). Eis a grande questão com a qual se deparam os jornais diários, também chamados periódicos: como, afinal, seguir ‘periodicizando’ o cotidiano num momento em que as redes digitais de comunicação mantêm em fluxo ininterrupto a circulação dos mais diversos dados e informações? Seria o fim dos impressos? Os últimos estertores do jornalismo?

Referências

- ANTUNES, Elton. **Videntes imprevidentes: temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários**. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas). Salvador: UFBA, 2007.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal: e a profissão de jornalista**. Atualização e pesquisa: Luiz Antonio Magalhães. 9ª ed. São Paulo: Summus, 2009.
- MORAES, Dênis de. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.
- VAZ, Paulo. “Tempo e tecnologia”. In: DOCTORS, Marcio (org). **Tempo dos tempos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 69-92.
- WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.